

A Natureza da Atividade Econômica*

*Ludwig von Mises***

Resumo: Mises discute o conceito de atividade econômica argumentando que a racionalidade é elemento indispensável para a ação humana no mundo real. Mostra a inviabilidade do cálculo econômico sob o socialismo e esclarece o conceito de “econômico”.

Palavras-chave: Atividade Econômica, Ação Humana, Cálculo Econômico, Socialismo, Economista Capitalista, Conceito de “Econômico”.

The Nature of Economic Activity

Abstract: Mises discusses the concept of economic activity arguing that rationality is indispensable for human action in the real world. He shows the impossibility of economic calculation under socialism and clarifies the concept of “economic”.

Keywords: Economic Activity, Human Action, Economic Calculation, Socialism, Capitalist Economy, Concept of “Economic”.

Classificação JEL: B40; B53; P5

* Tradução do §1 do capítulo “The Nature of Economic Activity”, da seção I, parte II, da versão em inglês, traduzida do original em alemão por J. Kahane, do livro *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, de Ludwig von Mises, tendo como base na reimpressão de 1962 da edição de 1951, publicada pela Yale University Press, cujos direitos autorais pertencem atualmente ao Ludwig von Mises Institute. Traduzido do inglês para o português por Philippe A. Gebara Tavares.

** **Ludwig von Mises** nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lviv, na época, território do Império Austro-Húngaro. Estudou, a partir de 1900, na Universidade de Viena, e recebeu o título de Doutor em Direito por essa mesma instituição em 1906. Lecionou na Universidade de Viena de 1913 a 1934, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra de 1934 a 1940 e na New York University de 1945 a 1969. É autor de centenas de artigos acadêmicos e de mais de vinte livros dentre os quais se destaca o tratado de economia *Ação Humana* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 10 de outubro de 1973 em Nova York, nos Estados Unidos.

I - UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CRÍTICA DO CONCEITO DE “ATIVIDADE ECONÔMICA”

A ciência econômica originou-se na discussão do preço nominal¹ de bens e serviços. Seus primórdios remontam às investigações sobre a cunhagem, que mais tarde se desenvolveriam em pesquisas sobre os movimentos de preço. Dinheiro, preços nominais, e tudo o mais que concerne ao cálculo em termos monetários – esses elementos encontram-se nos problemas que estão envolvidos naquela discussão da qual a Economia, como ciência, surgiu. As tentativas de investigação econômica, que podiam ser claramente vistas em trabalhos de administração doméstica e de organização de produção – particularmente agrícola –, não se desenvolveram a fundo nessa direção: tornaram-se meramente o ponto de partida para vários departamentos de tecnologia e ciência natural. E isto não foi um acidente. Apenas por meio da racionalização inerente ao cálculo econômico, baseado no uso do dinheiro, é que a mente humana poderia vir a entender e traçar as leis de sua ação.

Os primeiros economistas não se questionaram sobre o que seriam realmente o “econômico” e a “atividade econômica”. Já tinham ocupação suficiente com as grandes tarefas apresentadas por aqueles problemas particulares com os quais estavam engajados: não estavam preocupados com metodologia. Seria apenas bem mais tarde que começariam a lutar com os métodos e objetivos últimos da economia, e também com seu lugar no sistema geral do conhecimento. E aí um obstáculo, que parecia insuperável, seria encontrado – o problema da definição do objeto da atividade econômica.

Todas as investigações econômicas – sejam as dos economistas clássicos, sejam as

dos modernos – começam com o princípio econômico, ainda que isto, como seria tão logo percebido, não forneça nenhuma base para uma definição clara do objeto da economia. O princípio econômico é um princípio geral de ação racional, e não um princípio específico de tal ação enquanto constituinte do objeto da investigação econômica². O princípio econômico dirige toda ação racional, toda ação possível de se tornar objeto de uma ciência. Pareceu completamente inútil separar o “econômico” do “não econômico”, uma vez que estavam em jogo problemas econômicos tradicionais³.

Em contrapartida, no entanto, era igualmente impossível separar as ações racionais de acordo com o fim imediato para o qual estavam direcionadas, e vislumbrar como objeto da economia apenas aquelas ações que estivessem direcionadas a prover a humanidade com bens do mundo externo. Contra tal procedimento, haveria uma objeção decisiva de que, em última análise, a provisão de bens materiais não serviria apenas para aqueles fins que são normalmente tachados de econômicos, mas também para muitos outros fins.

Tal divisão dos motivos da ação racional envolve uma dupla concepção da ação – de um lado, a ação oriunda de motivos econômicos, de outro, a ação vinda de motivos não econômicos – que é absolutamente irreconciliável com a unidade necessária de vontade e ação. Uma teoria da ação racional precisa conceber tal ação como unitária.

II - A AÇÃO RACIONAL

A ação que se baseia na razão, ação que assim só pode ser compreendida pela

¹ Preço nominal (*price money*) é o preço atual pelo qual um produto é vendido, em contraposição ao preço real (que não inclui os acréscimos de inflação). (N. do T.).

² Foi deixado para a escola empírico-realista explicar, com sua terrível confusão de todos os conceitos, o princípio econômico como algo específico de uma produção sob uma economia monetária; por exemplo: LEXIS, Wilhelm. *Allgemeine Volkswirtschaftslehre*. Berlin / Leipzig: B. G. Teubner, 1910. p 15.

³ AMONN, Alfred. *Objekt und Grundbegriffe der theoretischen Nationalökonomie*. Viena / Leipzig: F. Deuticke, 2a Ed., 1927. p. 185.

razão, conhece um só *único* fim: o grandíssimo prazer que se tem em agir individualmente. Obter prazer, evitar a dor – estes são os propósitos. Por isso, é claro, não queremos dizer “prazer” e “dor” no sentido em que tais termos costumavam ser usados. Na terminologia do economista moderno, o prazer deve ser entendido como algo que envolve todas as coisas que os homens defendem como desejáveis, tudo o que querem e tudo pelo que se esforçam. Dessa forma, passa a não haver mais contraste entre a “nobre” ética do dever e a vulgar ética hedonista. O conceito moderno de prazer, felicidade, utilidade, satisfação e afins, inclui todos os fins humanos, à revelia de os motivos da ação serem morais ou imorais, nobres ou ignóbeis, altruístas ou egoístas⁴.

Em geral, os homens agem apenas porque não estariam completamente satisfeitos. Caso só desfrutassem da felicidade completa, ficariam sem vontade, sem desejo, sem ação. Na terra dos lotófagos⁵, não há ação. A ação emerge apenas da necessidade, da insatisfação: é um esforço intencional em direção a algo. Seu fim último é sempre livrar-se de uma condição que é já concebida como deficiente – para satisfazer uma necessidade, alcançar satisfação, aumentar a felicidade. Se os homens tivessem todos os recursos externos da natureza de forma tão abundante que fossem aptos a obter completa satisfação por sua ação, então poderiam usá-los sem preocupação. Eles precisariam apenas considerar as próprias capacidades e o tempo limitado à sua disposição, porque, comparados com a soma das necessidades, teriam ainda apenas uma força limitada e um tempo de vida limitado disponíveis. Teriam ainda que economizar tempo e trabalho. A economia de mate-

riais, porém, seria diferente. Na verdade, os materiais são também limitados, precisando ser assim também usados de tal maneira que as necessidades mais urgentes sejam satisfeitas primeiramente, com o menor gasto possível de materiais para cada satisfação.

A esfera da ação racional e a esfera da ação econômica são, portanto, coincidentes. Toda ação racional é econômica. Toda atividade econômica é uma ação racional. Toda ação racional é em primeiro lugar uma ação individual. Apenas o indivíduo pensa. Apenas o indivíduo raciocina. Apenas o indivíduo age. Como a sociedade emerge da ação dos indivíduos vai ser mostrado em uma parte posterior de nossa discussão.

III - CÁLCULO ECONÔMICO

Toda ação humana, visto que é racional, revela-se como a troca de uma condição por outra. Os homens aplicam bens econômicos, tempo pessoal e trabalho na direção que, sob dadas circunstâncias, prometa o maior nível de satisfação, e eles renunciam a satisfação de necessidades menores a fim de satisfazer as necessidades mais urgentes. Esta é a essência da atividade econômica – a realização de atos de troca⁶ 7.

Todo homem que, durante o curso da atividade econômica, escolhe entre a satisfação de duas necessidades, das quais apenas uma pode ser satisfeita, faz juízos de valor. Tais juízos concernem primeira e diretamente as satisfações em si mesmas; é apenas a partir destas que são refletidos de volta para os bens. De regra, qualquer um que esteja em posse de seus sentidos está apto a avaliar imediata-

⁴ Mill, John Stuart. O que é o Utilitarismo. In: **Utilitarismo**. Intr. e trad. Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 2000.

⁵ Lotófagos: na mitologia grega, habitantes de uma ilha do Norte da África, que apenas se alimentavam de lótus, planta de efeito narcótico, e assim ou dormiam todo momento, ou ficavam em permanente estado de apatia. (N. do T.).

⁶ SCHUMPETER, Joseph. **Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908. p. 50, 80.

⁷ As considerações a seguir reproduzem partes de meu ensaio: MISES, Ludwig von. Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen. **Archiv für Sozialwissenschaft**. v. 47, p. 86-121. Disponível em português em: <http://www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=66>.

mente os bens que estão prontos para o consumo. Sob condições muito simples, também terá pouca dificuldade em formar um juízo para si sobre a significância relativa dos fatores de produção. Quando, no entanto, as condições são totalmente complexas, e a conexão entre coisas é mais difícil de detectar, temos de fazer cálculos mais delicados se quisermos avaliar tais instrumentos. Um homem isolado poderá facilmente decidir entre ampliar a caça ou o cultivo. Os processos de produção que tem de levar em conta são relativamente pequenos: o gasto que requerem e o produto que permitem obter podem ser facilmente percebidos como um todo. Escolher, no entanto, se devemos usar uma cachoeira para produzir eletricidade, ou estender a extração de carvão e utilizar melhor a energia contida no carvão é outra questão bem diferente. Aqui os processos de produção são tantos e tão longos, e as condições necessárias para o sucesso da empreitada tão vastas, que nunca poderíamos nos contentar com ideias vagas. Para decidir se uma empreitada é segura precisamos calcular de maneira cuidadosa.

Computar, todavia, requer unidades, e não existe uma unidade do valor de uso subjetivo dos produtos. A utilidade marginal, por sua vez, não fornece nenhuma unidade de valor. O valor de duas unidades de certo produto não equivale exatamente ao dobro de uma unidade – embora seja necessariamente maior ou menor que uma. Juízos de valor não medem: organizam, classificam.⁸ Se um homem isolado se apoiar apenas na avaliação individual, mesmo ele não poderia chegar a uma decisão baseada em cálculos mais ou menos exatos em casos em que a solução não é imediatamente evidente. Para ajudar aos seus cálculos, precisaria assumir relações de substituição entre produtos. De regra, não conseguiremos reduzir tudo a uma unidade comum, mas talvez o homem isolado tenha sucesso em reduzir todos os elementos do

cômputo para aqueles produtos que podemos avaliar imediatamente, ou seja, para bens prontos para o consumo e para a não utilização do trabalho, e assim, passar a poder basear sua decisão sobre essa evidência. É óbvio que mesmo isso é apenas possível em alguns casos muito simples: para processos complicados e longos, estaria bastante fora de questão.

Na economia de trocas, o valor objetivo de troca de bens torna-se a unidade de cálculo, envolvendo uma vantagem tripla. Em primeiro lugar, já está em nosso alcance tomar como base de cálculo o valor estimado de todos os indivíduos participantes no negócio. O valor estimado subjetivo de um indivíduo não é diretamente comparável ao valor estimado subjetivo de outros. Apenas se torna passível a essa comparação como um valor de troca, que surge da interação dos valores estimados subjetivos de todos que tomam parte no comprar e no vender. Em segundo lugar, cálculos deste tipo proporcionam um controle sobre o uso apropriado dos meios de produção, permitindo àqueles que desejam calcular o custo de processos complicados de produção ver, de uma só vez, se estão trabalhando de forma tão econômica como os outros. Se, sob preços de mercado em voga, não podem levar a cabo o processo até o lucro, temos uma clara prova de que outros estão mais aptos a redirecionar os bens instrumentais em questão a um bom patamar. Finalmente, cálculos baseados em valores de troca permitem-nos reduzir valores a uma unidade comum, e, uma vez que a barganha do mercado estabeleça relações de substituição entre bens, qualquer bem desejado poderá ser escolhido para esse propósito. Numa economia monetária, o dinheiro é o bem escolhido.

Cálculos monetários têm seus limites. O dinheiro não é um critério de valor, nem de preços. O dinheiro não *mede* valor. Nem são os preços medidos em dinheiro: eles são quantias de dinheiro. E, apesar daqueles que descrevem o dinheiro como um “padrão de pagamentos a prestação” ingenuamente assumirem que seja de fato assim, ele, sendo um bem, não é estável em valor. A relação entre

⁸ CUHEL, Franz. *Zur Lehre von den Bedürfnissen*. Innsbruck: Wagner Universitäts-Buchhandlung, 1907. p. 198.

dinheiro e bens flutua perpetuamente não só no “lado dos bens”, mas também no “lado monetário”. De regra, essas flutuações não são, com efeito, muito violentas. Elas não prejudicam tanto o cálculo econômico, porque, sob um estado de mudança contínua de todas as condições econômicas, esse cálculo tem em vista apenas períodos comparativamente curtos, nos quais a “moeda forte”, ao menos, não muda seu poder de troca tão radicalmente.

As deficiências dos cálculos monetários emergem, na maior parte dos casos, não porque sejam feitos em termos de uma média geral de troca (de dinheiro), mas porque estão mais baseados em valores de troca do que em valores de uso subjetivos. Por esta razão todos os elementos de valor que não estejam sujeitos à troca escapam a tais cálculos. Caso consideremos, por exemplo, se uma usina hidrelétrica seria lucrativa, não poderíamos incluir no cálculo o dano que será feito à beleza das cachoeiras a menos que a queda nos valores decorrente de uma queda na frequência turística, por sua vez, seja levada em conta. Tais ponderações teriam certamente de ser consideradas ao decidir se a empreitada deva ser levada a termo.

Reflexões como essas são frequentemente denominadas “não econômicas”, e, com a licença da expressão, disputas sobre terminologia não valem nada. Nem todas as ponderações, todavia, devem ser chamadas irracionais. A beleza de um lugar ou de uma edificação, a saúde de uma raça, a honra dos indivíduos ou nações, mesmo que (pois não são negociadas no mercado) não entrem em relações de troca, são apenas motivos de ação racional, tanto quanto aqueles normalmente chamados de econômicos, uma vez que as pessoas os julgam significantes. Não poder entrar nos cálculos financeiros advém da própria natureza destes, mas isso não diminui o valor dos cálculos financeiros para assuntos econômicos ordinários, pois todos esses bens morais são bens de primeira ordem. Podemos avaliá-los diretamente; e assim não ter dificuldade em levá-los em conta, por mais que estejam fora da esfera dos cálculos

financeiros. Que escapem a tais cálculos, isto não torna a tarefa em mente menos difícil. Se soubéssemos o quanto precisamente temos de pagar por beleza, saúde, honra, orgulho, e congêneres, nada precisaria nos impedir a lhes dar a devida consideração. Pessoas sensíveis talvez sofram ao ter de escolher entre o ideal e o material. Isso, no entanto, não é culpa de uma economia financeira: está na natureza das coisas. Mesmo onde podemos fazer juízos de valor sem cálculos monetários, não poderíamos evitar tal escolha. Tanto o homem isolado, quanto comunidades socialistas, teriam igualmente de fazê-lo, e naturezas verdadeiramente sensíveis jamais o acharão doloroso. Convocado a decidir entre pão e honra, nunca ficarão sem saber como agir. Se a honra não pode ser comida, o comer pode ao menos ser renunciado em prol da honra. Apenas algo como o medo da agonia ao escolher poderia fazer ver a necessidade da escolha como uma profanação, pois secretamente sabem que não poderiam renunciar ao material.

Os cálculos monetários são apenas significantes para propósitos de cálculo econômico. Desse modo, são usadas para que a administração e entrega dos bens se conformem ao critério da economia. E tais cálculos levam em conta os bens apenas à medida que, sob certas condições, eles os trocam por dinheiro. Toda extensão da esfera do cálculo monetário é enganadora. Engana-nos quando é aplicada para avaliar o capital ou a renda nacional das nações. Engana-nos quando é aplicada para estimar o valor de coisas que não são cambiáveis como, por exemplo, quando pessoas tentam estimar a perda devida a emigração ou guerra⁹. Tudo isto é diletantismo – mesmo quando esses procedimentos são realizados pelos mais competentes economistas.

Dentro desses limites, no entanto, – e na vida prática eles não são excedidos

⁹ WIESER, Friedrich von. *Über den Ursprung und die Hauptgesetze des wirtschaftlichen Werthes*. Wien: Alfred Holder, 1884. p. 185 *et seq.*

– o cálculo monetário faz tudo que poderíamos supor exigir. Provê um guia em meio à desconcertante multidão de possibilidades econômicas. Torna-nos capazes de expandir juízos de valor, que se aplicam diretamente apenas a bens de consumo – ou, na melhor das hipóteses, para bens de produção de menor ordem – para todos os bens das mais altas ordens. Sem ele, toda a produção por processos extensos e desviantes¹⁰ daria muitos passos no escuro.

Duas coisas são necessárias quando estamos tratando de cálculos de valor em termos monetários. Em primeiro lugar, não apenas bens prontos para o consumo, mas também bens de maior ordem devem ser cambiáveis. Se não fosse assim, poderia não surgir um sistema de relacionamentos de trocas. É verdade que se um homem isolado está “cambiando” trabalho e farinha por pão dentro de sua própria casa, as considerações que deve levar em conta não são diferentes daquelas que governariam suas ações, se lhe pedissem para trocar pão por roupas no mercado. É, assim, bastante correto ver toda a atividade econômica, mesmo a atividade econômica do homem isolado, como troca, câmbio. Nenhum homem isolado, contudo, seja ele o maior gênio já nascido, tem um intelecto capaz de decidir pela importância relativa de cada elemento do número infinito de bens de ordens maiores. Nenhum indivíduo poderia assim discriminar entre o número infinito de métodos alternativos de produção e, em seguida, fazer julgamentos diretos de seu valor relativo sem cálculos auxiliares. Em sociedades baseadas na divisão do trabalho, a divisão dos direitos de propriedade efetua um tipo de divisão mental do trabalho, sem o qual nem a economia, nem a produção sistemática seriam possíveis.

¹⁰ *Roundabout processes*: processos descritos pelo economista Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), da Escola Austríaca, como “indiretos”, em que o capital, ao invés de continuar a ser investido na linha de produção, é *desviado* para a melhoria da tecnologia da própria linha, produzindo, no longo prazo, mais e melhor (N. do T.).

Em segundo lugar, é preciso haver um meio geral de troca, uma moeda, em uso: que sirva como um intermediária na troca dos bens de produção igualmente com o resto. Se não for assim, seria impossível reduzir todos os relacionamentos de troca a um denominador comum.

Apenas sob condições muito simples, é possível dispensar cálculos monetários. No estreito círculo de um lar familiar fechado, onde o pai é capaz de supervisionar tudo, talvez possa avaliar as alterações nos métodos de produção sem fazer recurso à contagem monetária, pois, nestas circunstâncias, um capital relativamente pequeno é empregado e poucos são os métodos desviantes usados. De regra, a produção está relacionada com os bens de consumo, ou bens de ordens maiores não são afastados para um lugar tão distante dos bens de consumo. A divisão do trabalho está ainda em seus primeiríssimos estágios. O trabalhador sustenta a produção de um bem do início ao fim. Em uma sociedade avançada, tudo isto é mudado. É impossível argumentar, a partir da experiência das sociedades primitivas, que, sob as modernas condições, poderíamos dispensar a moeda.

Nas condições simples de um lar familiar fechado, é possível examinar todo o processo de produção do começo a fim. É possível julgar se um processo particular dá mais bens de consumo que outro; mas, nas isso não é mais possível. Em verdade, uma sociedade socialista poderia ver que 1.000 litros de vinho são melhores que 800 litros. Poderia decidir se 1.000 litros de vinho seriam preferíveis a 500 litros de óleo. Tal decisão não envolveria cálculos. A vontade de alguns homens decidiria. Porém, no negócio real de administração econômica, a adaptação dos meios aos fins começa apenas quando tal decisão é tomada, sendo que apenas o cálculo econômico torna essa adaptação possível. Sem essa assistência, no estonteante caos de materiais e processos alternativos, a mente humana ficaria totalmente embaralhada: sempre que precisar-

mos decidir entre diferentes processos ou diferentes centros de produção, ficaríamos inteiramente à deriva¹¹.

Supor que uma comunidade socialista pudesse substituir cálculos em termos de bens por cálculos em termos de dinheiro é uma ilusão. Em uma comunidade que não pratica trocas, cálculos em termos de bens não poderiam cobrir mais que bens de consumo. Eles falham completamente quando bens de ordens maiores estão em jogo. Uma vez que a sociedade abandona a possibilidade de haver preços livres¹² para os bens de produção, a produção racional torna-se impossível. Cada passo que afaste do direito de propriedade privada dos meios de produção e do uso de dinheiro é um passo para mais longe da atividade econômica racional.

Era possível fechar os olhos para tudo isso porque o Socialismo, como conhecemos de primeira mão, existe apenas, alguém poderia dizer, em oásis socialistas, nos quais, em resumo, há um sistema baseado sobre livre troca e uso do dinheiro. Até esse ponto, com efeito, poderíamos concordar com a outrora insustentável defesa socialista – a qual é apenas empregada para fins propagandísticos – ao dizer que empreitadas nacionalizadas e municipalizadas dentro de um sistema outrora capitalista não são socialismo. A existência de um sistema circundante de preços livres sustenta tais considerações sobre os afazeres de negócios a tal grau que, neles, a peculiaridade essencial da atividade econômica, ao passar a estar debaixo do socialismo, não vem à luz.

Em empreitadas municipais e federais é ainda admissível levar a cabo melhorias técnicas, pois é possível observar os efeitos de melhorias similares em empreitadas privadas parecidas, a nível local ou internacional.

Nessas considerações, é ainda lícito precisar as vantagens da reorganização porque se é circundado por uma sociedade que ainda está baseada no direito de propriedade privada dos meios de produção e do uso de dinheiro. É ainda possível manter livros-caixa e fazer cálculos que, para semelhantes propósitos, em um ambiente puramente socialista, estariam completamente fora de questão.

Sem cálculos, a atividade econômica é impossível. Sob o socialismo, o cálculo econômico é impossível. Debaixo do socialismo, não pode haver atividade econômica, segundo a nossa visão de mundo. Para pequenas e insignificantes coisas, a ação racional pode ainda persistir, porém, na maioria dos casos, não será mais possível falar sobre produção racional. Na ausência de critérios de racionalidade, a produção poderá não ser conscientemente econômica.

Por algum tempo possível, a tradição acumulada de milhares de anos de liberdade econômica preservaria a arte da administração econômica de sua completa desintegração. Os homens preservariam os antigos processos não porque seriam racionais, mas porque teriam sido santificados pela tradição. Entretanto, mudar as condições faria deles irracionais: tornar-se-iam “não econômicos”, como resultado das mudanças trazidas pelo declínio geral do pensamento econômico. A produção, com efeito, não seria mais “anárquica”. O comando de uma autoridade suprema governaria o negócio de fornecimento. Em vez de uma economia da produção “anárquica”, uma ordem sem sentidos, de uma máquina irracional, seria suprema. As engrenagens se moveriam, mas sem efeito algum.

Tentemos imaginar a posição de uma comunidade socialista. Haverá centenas e milhares de estabelecimentos nos quais o trabalho estará acontecendo. Uma minoria vai produzir bens prontos para o uso. A maioria vai produzir bens de capital e semimanufaturados. Todos esses estabelecimentos estarão profundamente conectados. Cada bem produzido vai passar por uma série inteira de estabelecimentos semelhantes antes de estar

¹¹ GOTTL-OTTLILIENFELD, Friedrich von. **Wirtschaft und Technik – Grundriss der Sozialökonomik: Volume II**. Tübingen: Mohr, 1914. p. 216.

¹² “Preços livres” (“free prices”) em oposição a “preços fixos”, os quais são estabelecidos pelo governo ou uma autoridade (N. do T.).

pronto para o consumo, ainda que, na incessante velocidade de todos estes processos da administração econômica, não terá nenhum senso real de direção. Ela não terá nenhum meio de precisar se uma dada parte do trabalho é realmente necessária, se trabalho e material não estão sendo gastos inutilmente em completá-lo. Como se descobrirá qual dos dois processos será mais satisfatório? No melhor dos casos, poderá comparar os últimos produtos, mas apenas raramente poderá calcular o gasto incorrido em sua produção. Saberá exatamente – ou imaginará saber – o que se queria produzir. Ela, então, deverá começar a obter o resultado desejado com os menores gastos possíveis, mas, para fazer isto, deverá ser capaz de fazer cálculos – cálculos que devem ser cálculos de valor. Não poderiam ser meramente “técnicos”, não poderiam ser cálculos de valor de uso objetivo de bens e serviços. Isso é tão óbvio que não precisa de demonstração mais profunda.

Sob um sistema baseado no direito à propriedade privada dos meios de produção, a escala de valores é o resultado das ações de cada membro independente da sociedade. Todos participam desse processo por intermédio de uma via de mão dupla: de um lado, como consumidor; do outro, como produtor. Como consumidor, o indivíduo estabelece uma valoração para os bens que estão prontos para o consumo final. Como produtor, organiza os bens de produção de acordo com os usos nos quais poderão gerar o produto mais alto. Dessa forma, todos os bens de ordem mais alta são graduados na escala de valorações de acordo com o estado atual das condições de produção e de acordo também com as necessidades da sociedade. A interação desses dois processos garante que o princípio econômico seja observado tanto no consumo, quanto na produção. E, dessa forma, emerge um precisamente graduado sistema de preços que permite a todos gerir sua necessidade em linhas econômicas.

Tudo isso deve estar necessariamente ausente em um estado socialista. A administração econômica poderia até saber exata-

mente quais bens são os mais urgentemente necessários, mas isso é apenas metade do problema. A outra metade, a valoração dos meios de produção, não pode resolver: pode apenas determinar o valor da totalidade de tais instrumentos. Esse valor será obviamente idêntico ao valor dado a todas as satisfações que o sistema pode garantir. Se ele calcula a perda em que se incorreria ao retirar os meios de produção, também poderá determinar o valor de cada instrumento de produção. Mas não poderá assimilá-los a um denominador monetário comum, como é feito em um sistema de liberdade econômica e de preços nominais.

Não é necessário que o socialismo dispense completamente o dinheiro. É possível conceber formas que permitam a utilização do dinheiro para a troca de bens de consumo, mas posto que os preços dos vários fatores de produção (incluindo a mão de obra) não poderiam ser expressos em quantias monetárias, o dinheiro não poderia desempenhar nenhum papel nos cálculos econômicos¹³.

Imagine, por exemplo, que a comunidade socialista esteja contemplando a possibilidade de construir uma nova ferrovia. Será que vai ser algo bom? Em caso positivo, quais dentre as rotas possíveis deveria cobrir? Em uma economia da propriedade privada, poderíamos usar de cálculos monetários para decidir sobre essas questões. A nova ferrovia iria baratear o transporte de alguns artigos e, nessa base, poderíamos calcular se tal redução dos custos de transporte seria tão grande para contrabalancear a despesa feita na construção e manutenção da linha. Tudo isso só pode ser calculado em termos monetários. Nós não po-

¹³ O filósofo e economista Otto Neurath (1882-1945) também admitiu isso ao afirmar que toda economia completamente administrativa (economia planejada) é, em última instância, uma economia natural sistema de escambo. “*Promover a socialização*”, diz ele, “*significa, portanto, promover a economia natural*” (NEURATH. Otto. **Durch die Kriegswirtschaft zur Naturalwirtschaft**. Munique: G. D. W. Callwey, 1919. p. 216 et seq.). Neurath, contudo, não reconhece as insuperáveis dificuldades que o cálculo econômico encontraria em uma sociedade socialista.

deríamos fazê-lo por meio da comparação de várias classes de despesas e de economias em espécie. Se está fora de questão reduzir a uma unidade comum as quantidades dos vários tipos de mão de obra qualificada e não qualificada, de carvão, ferro, de materiais de construção de diferentes tipos, maquinaria e de outras coisas que a construção e manutenção de ferrovias necessitam, é impossível, então, fazer deles objeto do cálculo econômico. Podemos fazer planos econômicos sistemáticos apenas quando todos os bens que precisamos levar em conta puderem ser apresentados como dinheiro. É fato que os cálculos monetários são incompletos. É fato que têm profundas inconveniências, mas não temos nada melhor para colocar em seu lugar; e, para os propósitos práticos da vida, sob condições de moeda forte, são suficientes. Tivéssemos de abandoná-lo, o cálculo econômico se tornaria absolutamente impossível.

Isso para não dizer que a comunidade socialista ficaria inteiramente perdida. Decidiria entre ser a favor ou contra a empreitada proposta e emitir um decreto. Na melhor das hipóteses, contudo, tal decisão seria baseada em valorações vagas: não poderia ser baseada em cálculos exatos de valor.

Uma sociedade estacionária poderia, de fato, dispensar esses cálculos, pois nela as operações econômicas meramente repetem a si mesmas. De tal modo que, assumindo que o sistema socialista de produção seja baseado no último estado do sistema de liberdade econômica, cujo lugar por ele foi tomado, e que nenhuma mudança ocorresse no futuro, poderíamos em verdade conceber um socialismo racional e econômico. No entanto, apenas na teoria, já que um sistema econômico estacionário nunca poderá existir.

As coisas estão mudando continuamente, e o estado estacionário, embora necessário como um auxílio para a especulação, é uma hipótese teórica, a qual não tem correspondente na realidade. E, para bem além disso, a manutenção de tal elo com o último estado da economia de troca estaria fora de questão, uma vez que a transição ao socialis-

mo, com sua equalização das rendas, transformaria necessariamente todo o “conjunto” de consumo e produção. E então teríamos uma comunidade socialista que deveria atravessar todo um oceano de possíveis e imagináveis permutas econômicas, mas sem a bússola do cálculo econômico.

Toda mudança econômica, portanto, envolveria operações cujo valor não poderia nem ser previsto de antemão, nem apurado depois de sua ocorrência. Tudo seria um salto no escuro. O socialismo é a renúncia da economia racional.

IV - A ECONOMIA CAPITALISTA

Os termos “capitalismo” e “produção capitalista” são slogans políticos. Foram inventados por socialistas, não para ampliar conhecimento, mas para reclamar, criticar e condenar. Hoje, devem ser apenas invocados para traçar uma imagem de exploração incessante de escravos assalariados pelo impiedoso rico. Esses termos raramente são usados, salvo para insinuar uma doença no agrupamento político. De um ponto de vista científico, são tão obscuros e ambíguos que não têm qualquer valor, seja qual for. Seus usuários concordam apenas com o seguinte: serviriam para indicar as características do sistema econômico moderno, mas em que essas características consistiriam é sempre uma questão a ser discutida. O seu uso, portanto, é totalmente pernicioso, e a proposta de expulsá-las por completo da terminologia econômica, e deixá-las para os toureiros da agitação popular, merece uma séria consideração¹⁴.

Se, no entanto, desejamos, com efeito, descobrir uma aplicação precisa para eles, devemos começar a partir da ideia de cálculos de capital. E, já que estamos preocupados somen-

¹⁴ PASSOW, Richard. *Kapitalismus, eine begrifflich-terminologische Studie*. Jena: G. Fisher, 1918. p. 1 *et seq.* Na segunda edição, publicada 1927. Passow expressou a opinião (p. 15, nota 2), tendo em vista a literatura mais recente, que o termo “capitalismo” pode com o tempo, gradualmente, perder a coloração moral.

te com a análise dos fenômenos da economia atual, e não com a teoria econômica – onde “capital” é frequentemente usado em um sentido especialmente estendido para fins particulares – devemos primeiro perguntar por qual significado estaria ligado ao termo na prática de negócios. Aí o encontramos usado apenas para fins de cálculo econômico, servindo para trazer as propriedades originais de uma reflexão feita sob uma denominação, sejam constituídas de dinheiro, sejam apenas expressas em dinheiro¹⁵. O objetivo de suas computações é de nos permitir determinar quanto o valor dessa propriedade alterou-se no decurso das operações de negócios. O conceito de capital é derivado do cálculo econômico. Sua verdadeira raiz é a contabilidade – o principal instrumento de racionalidade comercial. O cálculo em termos de dinheiro é um elemento essencial do conceito de capital¹⁶.

Se o termo capitalismo é usado para designar um sistema econômico no qual a produção é governada por meio de cálculos de capital, ele adquire um significado especial para definir a atividade econômica. Assim compreendido, não é de forma alguma equívoco falar do capitalismo e de métodos capitalistas de produção, nem de expressões como o espírito capitalista. Com isso, a disposição anti-capitalista adquire uma conotação rigidamente circunscrita. O capitalismo é mais adequado para ser a antítese do socialismo, e não tanto do individualismo, embora seja muitas vezes assim descrito. De regra, aqueles que contrastam o socialismo com o individualismo prosseguem sob uma suposição tácita de que há uma contradição entre os interesses do indivíduo e os interesses da sociedade e que, enquanto o socialismo propicia o bem-estar público, o individualismo serve aos interesses particulares das pessoas. Uma vez que esta é uma das mais graves falácias sociológicas, devemos evitar cuidadosamente

¹⁵ MENGER, Carl. *Zur Theorie des Kapitals*. Jena: Gustav Fischer, 1888. p. 41.

¹⁶ PASSOW. *Kapitalismus, eine begrifflich-terminologische Studie*. 2ª Ed., p. 49 et seq.

qualquer forma de expressão que possa permiti-la penetrar sub-reptícia e ocultamente.

De acordo com Richard Passow (1880-1949), que usa o termo capitalismo corretamente, a associação que pretende transmitir é normalmente atada ao desenvolvimento e difusão de empreitadas em larga escala¹⁷. Podemos admitir isso – mesmo sendo bastante difícil conciliar com o fato de que as pessoas costumam falar de “Grosskapital” e “Grosskapitalist”, e então de “Kleinkapitalisten”. Entretanto, se lembramos que apenas o cálculo de capital tornou possível o crescimento de empreendimentos e de empreitadas gigantes, isto de nenhum modo invalida as definições que propusemos.

V - O CONCEITO MAIS RESTRITO DE “ECONÔMICO”

O hábito comum dos economistas de distinguir entre ações “econômicas”, “puramente econômicas” e não econômicas é tão insatisfatório quanto a antiga distinção entre bens ideais e materiais. Vontade e ação são uma só coisa. Todos os fins disputam entre si, e é esse conflito que os organiza em escala. Não somente a satisfação das vontades, desejos e impulsos que podem ser alcançados via interação com o mundo externo, mas também a satisfação das necessidades ideais deve ser julgada por um único critério. Na vida temos de escolher entre o “ideal” e o “material”. É, por conseguinte, indispensável sujeitar o primeiro a um critério unitário de valores, assim como sujeitar o último. Na escolha entre pão e honra, fé e bem-estar, amor e dinheiro, nós submetemos as duas alternativas a um teste. É, pois, ilegítimo considerar o econômico como uma esfera definida de ação humana que pode ser nitidamente delimitada a partir de outras esferas de ação. A atividade econômica é a atividade racional: uma vez que a satisfação completa é impossível, a esfera da atividade econômica coincide com a esfera de

¹⁷ Ibidem. p. 132 et seq.

ação racional. Consiste em primeiro lugar na valoração dos fins, e depois na valoração dos meios que levam a esses fins. Toda atividade econômica depende, portanto, da existência dos fins. Os fins dominam a economia e sozinhos lhe dão significado.

Posto que o princípio econômico aplica-se para toda ação do homem, é necessário ser muito cauteloso ao distinguir, dentro de sua esfera, entre o “puramente econômico” e os outros tipos de ação. Essa divisão é, na verdade, indispensável para muitos propósitos científicos. Seleciona-se um fim particular e compara-se com todos os outros. Esse fim – neste momento não é necessário discutir se é último ou não – é a obtenção do melhor produto possível calculado em termos monetários. É, portanto, impossível atribuir-lhe uma esfera especialmente delimitada de ação. É verdade que, para cada indivíduo, há uma assim esfera delimitada, mas isso varia em extensão de acordo com a aparência geral do indivíduo em questão. É uma coisa para o homem que preza sua honra; e outra, para o que vende seu amigo por ouro. Nem a natureza dos fins, nem a peculiaridade dos meios, justifica a distinção, mas tão-somente a natureza especial dos métodos empregados. Apenas o fato de usar um cálculo exato distingue o “puramente econômico” de outra ação.

A esfera do “puramente econômico” não é nada mais e nada menos do que a esfera do cálculo monetário. O fato de que, em certo campo de ação, nos permita comparar meios com uma minuciosa exatidão, alcançando até o menor dos detalhes, significa tanto para o pensamento, quanto para a ação, que tendemos revestir esse tipo de ação de especial importância. É fácil ignorar o fato de que tal distinção é apenas uma distinção na *técnica* do pensamento e ação e, de nenhuma forma, uma distinção no fim último da ação – que é unitário. A falência de todas as tentativas para demonstrar o “econômico” como um departamento especial do racional e, dentro disso, descobrir ainda outro departamento nitidamente definido, o “puramente econômico”, não é culpa do aparato analítico empregado.

Não pode haver dúvidas de que uma grande sutileza de análise foi investida de forma concentrada nesse problema, e o fato de que não tenha sido resolvido claramente indica que essa questão é uma para a qual nenhuma resposta satisfatória pode ser dada. A esfera do “econômico” é basicamente a mesma que a esfera do racional; a esfera do “puramente econômico” não é outra senão a esfera em que o cálculo monetário é possível.

Como último recurso, o indivíduo pode conhecer um fim, e um só fim: a obtenção da maior satisfação possível. Essa expressão inclui a satisfação de todos os tipos de vontades e desejos, sem distinguir se são “materiais” ou imateriais (morais). No lugar da palavra “satisfação” poderíamos empregar a palavra “felicidade” se não tivéssemos de temer os mal-entendidos dos quais a controvérsia sobre o hedonismo e o eudemonismo foi responsável.

A satisfação é subjetiva. A filosofia social moderna tem enfatizado isso de forma tão pronunciada, em contraste às teorias anteriores que passou a haver uma tendência para esquecer a estrutura fisiológica da humanidade e a unidade de perspectiva e emoção, que, emergindo da tradição, criam uma semelhança de pontos de vista difícil de alcançar, contemplando as vontades e os meios para satisfazê-las. É precisamente essa similaridade de pontos de vista que torna a sociedade possível. Por possuir objetivos comuns, os homens são capazes de viver juntos. Pelo fato de a maioria dos fins (e aqueles mais importantes) ser comum à grande massa da humanidade, o fato de alguns fins serem apenas cultivados por alguns é de uma importância secundária.

A divisão habitual entre os motivos econômicos e não econômicos é, portanto, invalidada pelo fato de que, por um lado, o fim da atividade econômica repousa fora do alcance da economia e, por outro, de que toda atividade racional é econômica. No entanto, há uma boa justificativa para a separação das atividades “puramente econômicas” (ou seja, atividades suscetíveis a avaliação em termos monetários) de outras formas de atividade.

Como já vimos, fora da esfera do cálculo monetário restam apenas fins intermediários, os quais são passíveis de avaliação por inspeção imediata, e, uma vez que essa esfera é abandonada, é necessário recorrer a esse tipo de juízos. É o reconhecimento dessa necessidade que proporciona a ocasião para a distinção sobre a qual viemos discutindo.

Se, por exemplo, uma nação deseja fazer guerra, é ilegítimo ver esse desejo como necessariamente irracional, pois o motivo para fazer guerra repousa fora daqueles comumente considerados “econômicos” – como pode ser o caso das guerras religiosas, por exemplo. Se a nação decide pela guerra com completo conhecimento de todos os fatos, ao julgar que o fim em questão é mais importante que o sacrifício envolvido, e ao considerar a guerra como o meio mais adequado para

obtê-lo, então a guerra não poderá ser vista como irracional. Não é necessário, nesse ponto, decidir se essa suposição sempre foi e é verdadeira ou se pode ser sempre verdadeira. É precisamente isso que tem de ser analisado quando se trata de escolher entre a guerra e a paz. Mais ainda, é justamente com o objetivo de introduzir clareza a tal análise que a distinção que viemos discutindo foi sendo pouco a pouco apresentada.

É necessário apenas recordar o quanto conflitos ou tarifas são recomendados como sendo um “bom negócio” do ponto de vista “econômico” para perceber o quanto isso é esquecido. Como teriam sido mais claras as discussões políticas do século passado, se tivessem recordado a distinção entre os campos de ação “puramente econômica” e os de ação “não-econômica”. ∞